



(IN)SEGURANÇA NO CAMPO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: MICROPOLÍTICAS DAS AFETAÇÕES COM CRIANÇAS NA PERIFERIA

*(IN)SECURITY IN THE FIELD OF UNIVERSITY EXTENSION: MICROPOLITICS OF
AFFECTATIONS WITH CHILDREN IN THE PERIPHERY*

Luciana Martins Quixadá¹
Jaileila de Araújo Menezes²

Resumo

Esse texto tem como objetivo pautar um debate analítico a partir dos afetos experimentados por uma professora pesquisadora ao acessar um território de periferia na cidade de Fortaleza-CE, bem como apresentar os motivos que a levaram a empreender a travessia para o outro lado dessa cidade dividida e as repercussões disso nas ações de um projeto de Extensão. A relevância dessa escrita está em promover uma reflexão crítica sobre o binômio segurança/insegurança que atravessa o contexto da extensão universitária. Qual o limite de realidade da (in)segurança? Quais afetos paralisantes e mobilizadores podemos acessar nos territórios dessa atividade acadêmica? Para dialogar com essas questões, optamos pelo recorte de cenas dessa inserção na periferia, apresentando algumas micropolíticas resultantes das afetações produzidas pela participação dos sujeitos envolvidos nesse projeto, através de análises sobre a relação entre as crianças participantes e a equipe acadêmica; a relação dessas crianças com seu bairro e com a cidade (para além dos “muros” da periferia).

Palavras-chave: Extensão universitária; infância; periferia; insegurança; micropolítica.

Abstract

This text aims to guide an analytical debate from the affections experienced by a researcher teacher when accessing a peripheral territory in the city of Fortaleza-CE, as well as presenting the reasons that led her to undertake the crossing to the other side of this divided city and the repercussions of this on the actions of an Extension project. The relevance of this writing is to promote a critical reflection on the binomial security / insecurity that crosses the context of university extension. What is the reality limit of (in)security? What paralyzing and mobilizing affects can we access in this academic activity's territories? In order to dialogue with these questions, we chose to cut scenes of this insertion in the periphery, presenting some micropolitics resulting from the affectations produced by the participation of the subjects involved in this project, through analyzes of the relationship between the participating children and the academic team; the relationship of these children with their neighborhood and the city (beyond the “walls” of the periphery).

Keywords: University extension; childhood; periphery; insecurity; micropolitics.

¹ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Endereço para correspondência: Rua José Vilar de Andrade, 1750, casa 18, Sapiranga. Fortaleza-CE, Brasil. CEP: 60833-096. luciana.martins@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7082-5698>

² Professora Adjunta da Universidade Federal de Pernambuco. Brasil. jaileila.araujo@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3322-3764>

INTRODUÇÃO

“Professora, quando você vier para o Marrocos, baixe os vidros do seu carro, se não os bandidos vão atirar”. Esse foi o aviso dado pela educadora social de um projeto a uma das autoras desse manuscrito, que é professora do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará e coordena um projeto de Extensão com crianças de uma comunidade no Bairro do Bom Jardim, em Fortaleza-CE. Tal projeto chama-se Ciranda de Palavras e apresentamos nesse texto algumas das ações realizadas em 2017. Esse projeto teve como objetivo promover a escuta semanal de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, através da mediação pela contação de histórias e produção artística. O Ciranda de Palavras nasceu da compreensão de que ouvir o que esses sujeitos têm a dizer viabiliza a ressignificação de suas experiências, favorecendo o desenvolvimento e fortalecimento de suas competências criativas, afetivas e sociais. A relevância de ações nesse sentido decorre do reconhecimento de que essa escuta é indispensável quando consideramos as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, com potencial para atuar na construção de seus processos de subjetivação e da realidade social.

Vale dizer que 2017 foi um ano marcado por intensas disputas entre as diversas facções criminosas estabelecidas em toda a capital cearense. O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) tem desenvolvido relatórios sobre os dados da violência no Estado do Ceará e destaca que, de 2008 a 2019, o ano de 2017 foi o de maior letalidade, em que ocorreu o maior número de homicídios nesse Estado, perfazendo um total de 5.138 “crimes violentos letais intencionais” (CCPHA, 2019, p. 14).

A advertência da educadora social desencadeou o sentimento de insegurança na professora acompanhado do dilema entre seguir com as ações do projeto ou paralisá-las. Pesava no pensamento a constatação de que as crianças não tinham a opção de sair daquele contexto de violência e se questionou sobre seu privilégio de poder escolher entre ir ou não até lá. Por mais que o medo a invadisse, ao final, optou por um posicionamento ético-político de voltar a estar junto daquelas crianças. Os estudantes da universidade vinculados à ação concordaram com essa decisão, pois compartilhavam do desejo de estar com as crianças.

Desse modo, seguindo a orientação da educadora, a professora retornou à comunidade do Marrocos com os vidros do carro abertos, torcendo para que esse sinal fosse suficiente para não levar um tiro. Semanalmente, essas idas foram acontecendo de forma bem-sucedida e, com o passar do tempo, o medo foi se dissipando e a realidade se mostrando menos ameaçadora.

A partir dessa situação, gostaríamos nesse manuscrito de refletir sobre alguns aspectos que envolvem o imaginário social acerca das comunidades periféricas, bem como sobre as reais situações de violência nesses contextos. Para tanto, discorreremos aqui sobre a relação das crianças que participavam do Ciranda de Palavras com seu bairro; a relação entre as crianças e a equipe desse projeto de Extensão; a relação das crianças com a cidade (para além dos “muros” da periferia); e as afetações que o “fazer Extensão” na periferia pode gerar em todos/as que dela participam.

Pensando nessas questões e na tentativa de respondê-las, entendemos como relevante a construção desse texto e sua atualidade sociopolítica. Para tanto, propomos um relato de experiência pautado na análise da narrativa de cenas do referido projeto de Extensão, articulando-as, especialmente, às categorias de “micropolítica” (Guattari & Rolnik, 2013), “necropolítica” (Mbembe, 2017), “corpo político” (Butler, 2018) e à perspectiva da Sociologia da Infância (Sarmiento, 2008).

A escolha por essa perspectiva analítica decorre da relevância em se debater sobre o quanto temos sido atravessadas, subjetiva e coletivamente, por um ordenamento que visa a violação de direitos e exclusão/exterminio de determinados corpos, bem como a ampliação e fortalecimento de fragmentações territoriais. Importa ainda, finalmente, discutir acerca dos desdobramentos desses fenômenos e a necessidade de seu enfrentamento, das possibilidades de resistência a essa ordem de destruição dos “corpos excedentes”, como forma de contribuir para a construção de outros caminhos, mais afeitos à perspectiva democrática; para seguirmos na direção de uma ética do bem viver.

De acordo com Alcântara e Sampaio (2017a; 2017b), o exercício de uma ética do Bem Viver se constitui em uma ruptura com um modelo de desenvolvimento socioeconômico pautado em violências instauradas contra determinados povos e comunidades. Trata-se de um contraponto à crise civilizatória e ambiental que o individualismo e o racionalismo do sistema capitalista produzem. Esses autores, assim como também Acosta (2016), reconhecem a necessidade premente de pensarmos sobre a desconstrução dessa lógica desenvolvimentista em favor de uma ética baseada na convivência de diversos grupos sociais, construindo novas formas de vida comum. Para tanto, importa romper com nossos modos de ser e de pensar ocidentais/coloniais que vêm fragilizando e destruindo nossas relações sociais e com a natureza há séculos.

Se a ideia de desenvolvimento está em crise em nossa paisagem intelectual, devemos necessariamente questionar o conceito de progresso, entendido como a lógica produtivista de ter cada vez mais, que surgiu com força há uns 500 anos na Europa. Para cristalizar este processo expansivo, o capitalismo consolidou aquela visão que colocou o ser humano, figurativamente falando, fora da natureza. Se definiu a natureza sem considerar a humanidade como parte integrante da mesma. E com isso continuou acelerada a via para dominá-la e manipulá-la. A humanidade, e não apenas a América Latina, está em uma encruzilhada. A promessa feita há mais de cinco séculos em nome do ‘progresso’ e ‘reciclada’ há mais de seis décadas em nome do ‘desenvolvimento’ não foi cumprida. E não se cumprirá. (Acosta, 2016, p. 208).

O não cumprimento desse ideal de progresso repousa nas afetações que a destruição dos ecossistemas e a exclusão de direitos para uma parcela significativa da população produz no tecido social. As violências gestadas por tal ideal denunciam que esse projeto desenvolvimentista é falido, sustentado forçosa e ilusoriamente, acarretando diversos prejuízos à vida comum e ao meio ambiente.

Fundamentadas nessa perspectiva, propomos uma discussão crítica sobre as implicações desse sistema civilizatório colonial para aqueles que vivem em uma grande cidade como Fortaleza-CE e que se atrevem a estabelecer pontes e travessias na tentativa de produzir novos modos de vida social.

SOBRE AS VIVÊNCIAS NA PERIFERIA: NOTAS DE REALIDADE

Precisamos demarcar nossa discussão ainda, apresentando um pouco a comunidade do Marrocos e os significantes que atravessam esse espaço social. Para isso, contamos com as reflexões de Paiva (2007) quando desenvolve uma pesquisa de mestrado intitulada “Contingências da violência em território estigmatizado”, na qual o autor narra a gestação dessa comunidade. Segundo ele,

[...] foi uma invasão silenciosa de uma área conhecida por Mata do Lobo — nesse local, faziam-se aterros, e o terreno era cheio de buracos, além de próximo a um riacho que, nos meses de chuva, inunda boa parte da localidade. A ocupação do terreno ocorreu no dia 2 de novembro de 2006. A iluminação pública só

apareceu quase dois anos depois de a invasão ter sido realizada. Além disso, os moradores, após cinco anos de ocupação, não dispunham dos serviços de saneamento básico ou pavimentação das ruas. As próprias ruas só existem devido à intervenção dos moradores e de organizações da sociedade civil. Concomitantes aos problemas estruturais existem problemas como o acesso ao posto de saúde localizado no Parque São Vicente, que, segundo os moradores, é-lhes negado por não serem reconhecidos como moradores do Bairro. (Paiva, 2007, p. 42).

Essa narrativa sobre o cenário de origem e permanência da comunidade Marrocos ressalta o abandono do Estado, a ausência ou descaso com políticas públicas endereçadas a seus moradores. Assim como tantas outras comunidades na periferia, a Marrocos surgiu como uma ocupação, como resultado do não cumprimento de agendas estatais relacionadas à moradia. No caso da Marrocos, tem-se ainda a falta de articulação entre boa parte dos moradores, há muitas disputas pelo controle político local, além de sua população ser considerada “forasteira”, não pertencente ao que conhecemos como Grande Bom Jardim, bairro onde essa comunidade se situa (Paiva, 2007). Ou seja, os moradores precisam lidar com uma dupla exclusão, pois decorrente tanto do abandono do Estado como pelo não reconhecimento das comunidades circunvizinhas, as quais também sofrem em seu cotidiano as diversas violências de um Estado de exceção (Foucault, 2010; Mbembe, 2017) e das facções criminosas.

Esse cenário acarreta uma série de representações e práticas estigmatizadoras, manifestadas por alguns moradores (Paiva, 2007) e por pessoas que sendo de outras partes da cidade, temem fazer a travessia até a periferia. Se, em parte, isso tem relação com a realidade dessa comunidade, por outro lado, não faz jus às lutas empreendidas por organizações civis, associações comunitárias e por diversos atores desse contexto, por exemplo, as crianças que participavam do projeto de extensão, considerando que estas manifestavam tanta potência de vida, sonhos, afetos e preocupações pela sua família e amigos. Isso é resistência, é fertilidade se sobrepondo à aridez. Por isso, é importante frisarmos que, também como dado de realidade, há um excesso de estigma e preconceito sobre esses territórios e as vidas que nele habitam.

Esse excesso tem uma função sociopolítica em um tecido social marcado e sustentado por uma “geografia da violência”, que gesta a “geografia do medo”, conforme nos alerta Souza (2008) quando reflete sobre as fragmentações territoriais nas grandes cidades. Esse autor se pergunta “... onde, afinal, estariam os ‘lugares seguros’?” (Souza, 2008, p. 54). Tendo em vista, por exemplo, que os fenômenos vividos na periferia ou nas comunidades economicamente desfavorecidas no meio das cidades são articulados, parcial ou totalmente, à dinâmica das relações nos bairros de classe média e alta, por exemplo, seja através do tráfico de drogas, pela prestação de inúmeros serviços, pela prática de pesquisas acadêmicas ou por relações afetivas (familiares ou de amizade). Diante disso, não deveria mais ser possível sustentarmos o imaginário da dissociação atomizada, absolutamente segregada e desvinculada entre esses espaços na cidade. Isso é uma invenção que amplia essas geografias, da violência e do medo, localizando-as apenas em alguns territórios como se isso não ocorresse ou não afetasse todo o resto.

Isso não significa dizer que, em determinados contextos o risco não seja maior. Reconhecemos que há um poder violento e discricionário de chefes do tráfico que incide, majoritariamente, nas comunidades em que o Estado é ausente, não promove uma efetiva garantia de direitos. A população nesses locais fica, de fato, sujeita a inúmeras violências simbólicas e físicas, diferentemente das experiências de moradores de outros bairros, em especial o de grande atração turística em uma cidade litorânea como Fortaleza.

A falência do ordenamento desenvolvimentista que abordamos no início desse texto pode ser observada quando levantamos os dados da violência cotidiana na sociedade cearense. De acordo com o mais recente Atlas da Violência (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020), o Ceará desponta como o segundo Estado brasileiro com a maior taxa de homicídios (54 para cada 100.000 habitantes). Vale dizer que, ainda segundo esse Atlas, em 2018, o maior percentual de todos os homicídios no Brasil (48,4%) ocorreu na faixa etária entre 15 e 19 anos. Os dados mostram ainda que a maior parte do total de mortos (75,7%) era negra e que, em 10 anos, houve um aumento na taxa de homicídios de mulheres negras enquanto houve uma diminuição na taxa de homicídios de mulheres não-negras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020).

De acordo com o relatório 2019.2 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídio na Adolescência (CCPHA, 2019), um dado novo foi um aumento no percentual de assassinatos em idade precoce, de 10 a 19 anos, em comparação com anos anteriores, principalmente, na capital cearense, que registrou 25,49% dos seus assassinatos nessa faixa etária. Embora os dados desse Comitê (2019) indiquem que há uma prevalência nesse percentual de meninos assassinados, em 2018 notou-se uma redução dos homicídios em comparação a 2017, mas houve um aumento do número de homicídios contra meninas, a partir dos 10 anos de idade (CCPHA, 2018). Essas mortes aconteceram, em sua grande maioria, como resultado dos conflitos entre as facções criminosas nos territórios da periferia (CCPHA, 2019). Isso nos mostra a realidade preocupante de que a violência letal vem atingindo cada vez mais precocemente as vidas daqueles que moram nos bairros periféricos e economicamente desfavorecidos de Fortaleza-CE.

Isso significa dizer que a violência não é democrática, não atinge todos da mesma forma, embora compreendamos que é preciso pensar as relações sociais na cidade de forma conectada e não apartada (centro-periferia, periferia-periferia, comunidade-bairro-ocupação). As violências cotidianas na periferia, por exemplo, não deixam de afetar, de um jeito ou de outro, as vidas daqueles que não moram lá. Pensar a cidade de modo isolado é produzir uma ilusão e a mídia tem desempenhado um papel marcante nisso quando exagera e deforma o que se passa com as vidas na periferia (Souza, 2008), dando pauta apenas ao que amplia o preconceito e o desejo de *apartheid*. Nessa perspectiva, entendemos ser necessário situar, histórico e socialmente, tal desejo.

Mbembe (2017), ao atualizar e aprofundar as análises biopolíticas de Foucault indica-nos que há uma relação entre o Estado de exceção e o racismo. No Brasil, como em muitas outras sociedades, são os corpos negros os mais afetados pelo extermínio, pelas mortes resultantes da política estatal contemporânea, que quando não se ausenta junto a esses corpos, favorece a letalidade sobre eles, por exemplo, através das fracassadas políticas de segurança pública.

A categoria de necropolítica em Mbembe (2017) busca, justamente, analisar e nomear essa política de morte vigente contra determinados corpos. No caso brasileiro, qual a cor daqueles que habitam as periferias? Qual a relação disso com nossa história colonial? Quais linguagens, cotidianamente, desenham nossas relações sociais a respeito das pessoas negras? Se voltarmos às análises apresentadas por Fernandes (2008), poderíamos dizer que a história da sociedade brasileira, por exemplo, é marcada pelo estabelecimento de uma “política da inimizade” (Mbembe, 2017), que, ao final, visa o distanciamento não apenas por raça, mas também por classe, gênero e, mesmo, por momento geracional. Se o sujeito é subjugado a partir de todos esses marcadores, então, a vulnerabilidade e o risco se multiplicam. Entendemos a violência em uma perspectiva intersseccional (Matias-Rodrigues & Araújo-Menezes, 2014), onde os marcadores de opressão se conectam aumentando a letalidade sobre determinados grupos sociais e

reduzindo sobremaneira suas possibilidades de viver de modo digno.

Ressaltamos em nossa análise que a insegurança e a violência aqui apresentados são produtos de um modelo de sociedade, que se sustenta no preconceito, exclusão e subjugo de uma parcela da população brasileira em nome de uma falsa liberdade e acesso a direitos por parte de outra parcela muito menor. Isso significa dizer que é um ato ético-político necessário refletirmos criticamente sobre a gestão do sentimento de insegurança e pensarmos em como estabelecer “focos de resistência” (Foucault, 2010) para superá-lo.

O QUE FOI POSSÍVEL NOMEAR COM O CIRANDA DE PALAVRAS

As vivências realizadas com as crianças do Ciranda de Palavras pautavam-se no intuito de efetivar alguns “focos de resistência” na perspectiva foucaultiana, buscando instaurar uma nova rede de sentidos nas experiências cotidianas desses sujeitos, através da qual eles pudessem se sentir mais fortalecidos e com capacidade para atuar na transformação de suas realidades. A partir daí, vários afetos foram mobilizados tanto nas crianças quanto naqueles que mediavam, como adultos, esses momentos. Melhor seria, entretanto, chamarmos de afetações, pois os afetos que surgiam levavam à construção das ações junto com as crianças. Havia uma proposta metodológica inicial no projeto, mas que foi transformada ao longo do processo de acordo com os conteúdos narrativos que os participantes expressavam.

Os passeios que foram realizados para fora do bairro onde as crianças moravam, por exemplo, foram propostas que surgiram a partir das conversas com elas. Além disso, um desses passeios teve como motivação a fala de uma das crianças, uma menina de 10 anos, que disse: “Tia, estamos sempre lendo a história de alguém. Por que a gente mesmo não faz uma história e não vira autor também?” (sic). Essa fala motivou a equipe do projeto a pensar em uma forma das crianças expressarem a autoria delas e, desse modo, pudessem contar suas histórias de uma forma alternativa à publicação de um livro, pois não havia recursos para tal. Então, foi realizada uma exposição no Passeio Público (uma praça central em Fortaleza) com as produções artísticas (fotos, desenhos, pinturas) que as crianças realizaram ao longo do ano, de forma que os transeuntes naquele momento viam essas artes e conversavam com as crianças sobre elas.

Compreendemos que essa foi uma experiência que as deslocou para um lugar visível e sentido de autoria, bem como as pessoas puderam perceber aquelas crianças como sujeitos capazes de produzir significados que afetam as relações sociais, ou seja, como produtores de saber e cultura (Sarmiento, 2008). Desse modo, deslocaram-se da posição subjetiva dos que produzem medo nos demais, como disse uma menina de 10 anos em um dos encontros iniciais do Ciranda de Palavras: “Ah, as pessoas têm medo de mim porque sou preta e pobre, né, tia?!” (sic).

Havia esse medo que as crianças percebiam no olhar dos outros sobre elas, mas também havia o medo que elas sentiam de outras pessoas. Foram muitas narrativas que denunciavam esse sentimento. Em um dos desenhos que elas fizeram para expressar como se percebiam, um dos meninos, G. de 13 anos, desenhou uma imagem que ele viu na capa de uma revistinha da Turma da Mônica, na qual estava o Cascão com a forma do Hulk e na lateral no canto da página estava o Cebolinha encolhidinho, tremendo de medo. Como G. começou o desenho pela figura do Cascão, logo se imaginou que ele se percebia como um menino grande e forte, mas quando se perguntou quem ele era naquela imagem ele disse: “Eu sou o Cebolinha, tia. Porque ele tá com medo e eu vivo com medo” (sic).

Essa cena denunciou que G. vivia situações de opressão e ameaça e, assim como ele, outras crianças também narraram que se sentiam ameaçadas, especialmente, pela polícia ou por pessoas que não as conhecem. Ao ouvir as falas dessas crianças, a equipe organizava os encontros de contação de histórias, considerando as temáticas que emergiam nas falas, como “medo”, por exemplo. Foram muitas narrativas produzidas ao longo do ano em que as crianças e a equipe do Ciranda de Palavras se encontraram.

Em um dos passeios, realizado ao final de 2017, a equipe e as crianças do projeto de Extensão visitaram o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura¹. Ao chegarem, as crianças manifestaram desconfiança sobre se realmente poderiam estar ali. G. foi o que mais expressou dúvidas, dizendo frases como: “isso aqui não é pra gente não, tia!” (sic) e “tem certeza de que a gente pode mesmo entrar [no museu]?” (sic). Após esclarecermos que sim, que era um equipamento público e, portanto, eles tinham o direito de usufruir, as crianças ficaram mais animadas e demonstraram curiosidade, interesse em conhecer as exposições. Alguns dias depois, concluímos as ações do projeto naquele ano e pedimos para que as crianças desenhasssem como elas se percebiam novamente. Então, observamos que G. se percebia diferente, mais fortalecido: desenhou a si mesmo em cima de um palco, cantando funk e com uma plateia enorme gritando por ele enquanto o assistia.

Essa experiência, decorrente das trocas discursivas com as crianças sobre o medo, gestou também uma afetação na professora coordenadora, pois a lembrança dessas falas, as quais denunciavam que as crianças do projeto viviam, cotidianamente, a sensação de insegurança, mas que não tinham a opção de ir ou não ao Bom Jardim, foi justamente o que impulsionou tal professora ao enfrentamento das suas próprias inseguranças.

Esse pode ter sido um gesto político (Butler, 2018), pois gerou um efeito/afetAção nos acontecimentos do projeto após esse retorno. A partir daí, algumas ações fora dos muros do bairro foram realizadas e se estabeleceram, portanto, algumas brechas nessas fronteiras. Essa volta implicou subverter um imaginário de medo que existe em muitos de nós com relação a alguns bairros, especialmente, quando não nos atrevemos a conhecer quem são seus moradores e, desse modo, não mantemos vínculos com eles. Pensamos que os afetos produzidos nos encontros com as crianças levaram a professora perceber que, para além do ambiente ameaçador, havia algo pulsante que a aguardava e lhe dava também a certeza de ter que voltar. Havia algo de muito potente que precisava resistir.

Isso foi possível pelo que há de político nas afetações instauradas pelas narrativas nos encontros do projeto. Os discursos produzidos aí estabeleceram micropolíticas, resultados de produções subjetivas que ocorreram no campo da enunciação, da interface entre individual e coletivo (Guattari & Rolnik, 2013). Atuar (e o enunciado é um ato) para desconstruir determinados modelos de exclusão é uma prática micropolítica que traz as bases para revoluções em escala maior.

Essas linguagens são mais férteis e potentes quando surgem a partir do trânsito entre o que nos é familiar e o que nos é estranho. As travessias viabilizam essa dinâmica criativa de novos possíveis, de outros vieses para encontrarmos a segurança que supomos ameaçada, para nos distanciarmos das molas que nos oprimem, mas isso é processo, é movimento e não um “passe de mágica”.

[...] Pas question d'échapper à tout cela par un coup de baquette magique! Mais on peut au moins essayer de ne se faire prisonnier, de ne pas se rendre le complice actif de tels mécanismes et, au-delà, de commencer à faire dés-exister ce type d'objet et des relations molaires! [...] (Guattari, 2014 p. 131)

CONCLUSÃO

As desigualdades que atravessam nossa vida comum nos trazem diversas ameaças, mas que ocorrem em diferentes medidas a depender da condição social de cada um de nós. Compreendemos que, em uma sociedade com pessoas vivendo em situações abissais de exclusão de direitos, ninguém se sente absolutamente seguro, contudo, em alguns territórios essa insegurança é diária, constante e tem relação simbólica e material com as experiências de vida de seus moradores. Os estrangeiros a esses lugares, tais como a professora e os alunos do projeto Ciranda de Palavras, puderam experienciar com mais força esse sentimento quando do momento da travessia dos seus territórios de moradia e trabalho, habitualmente mais seguros, para a periferia. Isso porque esta, lamentavelmente, vem cumprindo uma função no tecido social e no imaginário coletivo de lugar do crime organizado, da violência policial, da falta de políticas públicas, dentre outras carências.

Quando, entretanto, estabelecemos pontes que tornam possíveis os deslocamentos entre diversos territórios na cidade com sujeitos marcados por diferentes trajetórias de vida, há possibilidade de muitas ressignificações e novos sentidos são atribuídos às vivências pessoais e coletivas. Percebemos a extensão universitária como essa ponte, ou seja, algo que se estende, que se expande em direção a outros possíveis. Sabemos que ela compõe o tripé das Universidades públicas brasileiras e que isso não ocorre em outros países ao Norte. Uma hipótese para isso é que temos no Brasil enormes desafios sociais a superar e o saber acadêmico precisa estar à disposição para enfrentá-los, contribuindo para a produção de uma nova configuração social, inclusiva e não violenta.

Nessa perspectiva, podemos estabelecer uma aproximação entre essa Extensão e a ética do Bem Viver, quando aquela pode ser capaz de viabilizar processos intersubjetivos que levem à construção de sentimentos, representações e outros modos de vida social, pautados na boa convivência com a alteridade. O Ciranda de Palavras, como vimos, promoveu afetações em seus participantes de tal modo que eles construíram não apenas novos possíveis, mas também novas materialidades, como as experiências além dos muros da periferia e a reinserção da professora nesse território.

A opção pelo termo afetações foi intencional, considerando nossa compreensão sobre sua relação com o que esteve em jogo no referido projeto de Extensão: os afetos despertados e partilhados entre os sujeitos participantes levaram a ações com efeitos de poder. Isto é, promoveram micropolíticas que gestaram travessias, as quais conduziram a diferentes vivências simbólicas e materiais. Entendemos que esse processo pode ocorrer como um ciclo que se retroalimenta: narrativas carregadas de afetos que produzem ações com efeitos políticos, as quais conduzem a novos afetos ou a sentidos outros que levam a outras micropolíticas e, assim, o ciclo se mantém em movimento, mas sempre a partir de um novo começo. Para nós, é a potência desse ciclo que a Extensão pode operar, nesse caso através da realização de ações com a participação efetiva de crianças moradoras da periferia.

Trata-se do maior e mais conhecido centro cultural do Ceará e um dos maiores do Brasil. Foi fundado em 1999 e localiza-se na Praia de Iracema, em Fortaleza-CE. Seu nome é em homenagem à Francisco José do Nascimento, que ficou conhecido como Dragão do Mar após liderar os jangadeiros cearenses na resistência abolicionista durante o Séc. XIX. Sob sua liderança, os jangadeiros realizaram uma greve que paralisou o mercado escravista no Porto de Fortaleza em 1881. (Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2020).

“Impossível escapar a tudo isso por um golpe de varinha mágica! Mas se pode ao menos tentar não se fazer prisioneiro, não se tornar o cúmplice ativo de tais mecanismos e, além disso, começar a fazer des-existir esse tipo de

objeto e relações molares!" (tradução nossa).

REFERÊNCIAS

- Acosta, A. (2016). O *Buen Vivir*: uma oportunidade de imaginar outro mundo. In: Sousa, Cidival Morais de. 2016. *Um convite à utopia* [online]. Campina Grande: EDUEPB. Vol. 1, p. 203-233. <https://doi.org/10.7476/9788578794880.0006>
- Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2017a). Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. *Revista Rupturas*, Costa Rica, 7(2): 1-31. <http://dx.doi.org/10.22458/rr.v7i2.1831>
- Alcântara, L. C. S. & Sampaio, C. A. C. (2017b). Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, 40: 231-251. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>
- Butler, J. 2018. *Corpos em aliança e a política das ruas*: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). (2019). *Cada Vida Importa – relatório 2019.2*. Governo do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e Instituto OCA: Fortaleza. <http://homolog.adeboaz.webfactional.com/ccpha/cada-vida-importa-relatorio-julho-dezembro-2019.pdf>
- Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). (2018). *Cada Vida Importa – relatório 2018.2*. Governo do Estado do Ceará, Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e Instituto OCA: Fortaleza. https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2019/10/CCPHA-RELATORIO-2018_2.pdf
- Fernandes, F. (2008). *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. São Paulo: Global.
- Foucault, M. (2010). *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Atlas da violência 2020: principais resultados*. Brasil. <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5929-atlasviolencia2020relatoriofinalcorrigido.pdf>
- Guattari, F. (2014). *Lignes de fuite*: pour un autre monde de possibles. La Tour d'Aigues: Éditions de l'Aube.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (2013). *Micropolíticas: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- Matias-Rodrigues, M. N. & Araújo-Menezes, J. de. (2014). Jovens mulheres: reflexões sobre juventude e gênero a partir do Movimento *Hip Hop*. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, Colômbia, 12(2): 703-715. <http://dx.doi.org/10.11600/1692715x.12213230114>

Mbembe, A. (2017). *Políticas da inimizade*. Lisboa: Antígona.

Paiva, L. F. S. (2007). *Contingências da violência em um território estigmatizado*. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. <http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/6330/1/2007-DIS-LFSPAIVA.pdf>

Sarmiento, M. J. (2008) Sociologia da infância: correntes e confluências. In Sarmiento, Manuel Jacinto & Gouvea, Maria Cristina Soares de. [orgs.]. 2008. *Estudos da infância: educação e práticas sociais* (pp. 17-39). Petrópolis: Vozes.

Secretária da Cultura do Estado do Ceará. (2020). *O Dragão do Mar na história do Ceará*. Fortaleza: SECULT. <http://www.dragaodomar.org.br/institucional/dragao-do-mar-na-historia-do-ceara>

Souza, M. L. de. (2008). *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.